



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Secretaria Municipal de Gestão Pública
e Integração Governamental

Departamento de Convênios com o Terceiro Setor

Secretaria Municipal de Gestão Pública e Integração Governamental

Prestação de Contas

Emissão de Nota Fiscal

Marco Regulatório - Lei 13.019/2014, Decreto Municipal 315/2021, Instrução Normativa 01/2024 e demais instruções do TCE

1. Emissão de Nota Fiscal eletrônica

As Notas Fiscais eletrônicas referentes à prestação de serviço ou aquisição de produtos deverão conter obrigatoriamente os dados abaixo:

- identificação do emitente, prestador do Serviço;
- identificação do remetente, tomador do serviço (razão social da OSC);
- dados da parceria (identificação do Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, número do Termo, identificação do órgão público conveniente - Prefeitura Municipal de São Carlos), não sendo admitida a inserção dessas informações após a emissão do respectivo documento;
- descrição pormenorizada dos itens adquiridos ou do serviço prestado, não sendo permitido descrição genérica.
- NF prestação de serviço: descrição da competência em que o serviço foi prestado;
- NF prestação de serviço: descrição de valor bruto e valor líquido. Poderá ocorrer situações, devido à tributação sobre o serviço/mercadoria, em que deverá ser retido o tributo/imposto pelo tomador (OSC), portanto o valor pago ao prestador deverá ser o valor líquido da Nota Fiscal. Caberá ao

tomador apresentar na prestação de contas o comprovante do valor retido que foi repassado ao Fisco e o valor líquido pago ao prestador de serviço.

- Respeitar a classificação da despesa prevista no Plano de Trabalho e a tabela de categoria de despesa de classificação do TCESP, disponibilizada pelo Departamento de Convênios com o Terceiro Setor no catálogo do Whatsapp.
- Não será aceita carta de correção para inclusão dos dados do termo da parceria.
- O cancelamento ou substituição da Nota Fiscal com erro só será permitido se realizado imediatamente após a emissão e antes da entrega dos documentos de prestação de contas a este Departamento. Por isso, é importante a conferência das NFs assim que forem emitidas.
- Preço de mercado - Respeitar o Princípio da Economicidade a fim de adquirir bens e serviços dentro do parâmetro do mercado, visando garantir a utilização eficiente dos recursos públicos, em atendimento ao Art. 38 do Decreto 315/2021

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

2. Emissão de Nota Fiscal pessoa física/pessoa jurídica

A base para a conferência da prestação de contas é o Plano de Trabalho da parceria. Diante disso, se no Plano de Trabalho foi feita a previsão de um serviço na classificação de pessoa jurídica, a Nota Fiscal deve ser emitida como pessoa jurídica, da mesma forma, se o serviço foi previsto no Plano de Trabalho com pessoa física, a Nota Fiscal deverá ser emitida para pessoa física:

- Emissão de Nota Fiscal pessoa jurídica - pagamento em conta corrente pessoa jurídica da mesma titularidade.
- Emissão de Nota Fiscal pessoa física - pagamento em conta corrente pessoa física da mesma titularidade.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

3. Nota Fiscal Vale Refeição/Alimentação

As Notas Fiscais referentes ao vale refeição/alimentação devem possuir os dados da parceria (identificação do Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, número do Termo, identificação do órgão público conveniente - Prefeitura Municipal de São Carlos), devendo ser solicitada a inserção dos dados na emissão da Nota Fiscal. Deve ser anexado na prestação de contas, a Nota Fiscal e o relatório emitido pelo fornecedor com a relação dos funcionários contemplados pela despesa.

Não serão aceitas cartas de correção para inserção dos dados do termo da parceria. Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

4. Nota Fiscal de Telemedicina e Assistência Médica

Notas Fiscais referentes à despesa com Telemedicina ou Assistência Médica, previstas no Plano de Trabalho, devem conter os dados da parceria (identificação do Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, número do Termo, identificação do órgão público conveniente - Prefeitura Municipal de São Carlos), devendo ser solicitada a inserção dos dados na emissão da Nota Fiscal. Enviar junto com a Nota Fiscal o relatório da empresa que demonstre detalhadamente os contemplados na despesa.

Não serão aceitas cartas de correção para inserção dos dados do termo da parceria. Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

5. CNAE correto e CNPJ apto

Verificar no Cartão do CNPJ do prestador de serviço se o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é condizente com o serviço prestado e se o mesmo tem autorização para realizar o serviço.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014

6. Energia, Telefone e Internet

As faturas referentes às contas de energia, telefone e internet devem conter carimbo ou anotação com dados da parceria (identificação do Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, número do Termo, identificação do órgão público conveniente - Prefeitura Municipal de São Carlos), e a competência do serviço prestado deve estar de acordo com o previsto no Plano de Trabalho.

Faturas de pacote de serviços com combo de internet, tv e telefone serão analisados individualmente na prestação de contas, de acordo com o previsto no Plano de Trabalho.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

7. Nota Fiscal referente à recarga de Gás

As recargas de Gás de cozinha devem ser comprovadas com emissão de Nota Fiscal de produto (NE-e - DANFE), com a descrição adequada do tipo de recarga (recarga de P13 ou P45 em cilindros fixos ou troca de cotas), conforme item 5.2 da Tabela de Classificação de Despesa do TCESP.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

8. Detalhamento de descrição genérica

No Plano de Trabalho é permitida a descrição das despesas de forma abrangente, genérica. Entretanto, a Nota Fiscal deve constar detalhamento pormenorizado daquilo que foi feito ou adquirido, permitindo avaliar a correta execução, o preço de mercado e trazer transparência para o uso do dinheiro público, em cumprimento ao princípio da transparência previsto na Constituição Federal.

Notas Fiscais com descrição genérica de produtos ou serviços poderão acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

9. Nota Fiscal Arbitragem

As Notas Fiscais de prestação de serviço de arbitragem devem conter os serviços discriminados, quantidade de jogos, modalidade, valor unitário e valor total, e devem ser anexados na prestação de contas, juntamente com a Nota Fiscal eletrônica, os recibos/comprovantes de pagamentos dos árbitros que atuaram na respectiva rodada, com nome completo, CPF e assinatura. Não será aceita Nota Fiscal com descrição genérica e sem os recibos correspondentes.

Exemplo de NF:

INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ: ****	Nome/Razão Social: ****
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	
21 - J68 - FUTEBOL ADULTO REALIZADO - VL UNITÁRIO R\$ 410,00 - VL TOTAL R\$ 9.610,00	
02 - J68 - FUTEBOL ADULTO M.O. AUTORIZADO - VL UNITÁRIO R\$ 410,00 - VL TOTAL R\$ 820,00	
03 - J68 - FUTEBOL ADULTO CAMC. - VL UNITÁRIO R\$ 910,00 - VL TOTAL R\$ 1.230,00	
35 - J68 - FUTEBOL ADULTO REALIZADO - VL UNITÁRIO R\$ 410,00 - VL TOTAL R\$ 14.350,00	
03 - J68 - FUTEBOL ADULTO M.O. AUTORIZADO - VL UNITÁRIO R\$ 410,00 - VL TOTAL R\$ 1.230,00	
REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DO JOGOS DA CIDADE - FASE REGIONAL, REALIZADO NOS DIAS 05 e 06/05/2018.	

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

10. Nota Fiscal Transporte

As Notas Fiscais e CT-e, referente aos serviços de Transportes, devem conter descrição do percurso, tipo de veículo, data, nome do evento e o número de passageiros.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

11. Nota Fiscal referente a Taxa associativa/federativa

Apresentar Nota Fiscal (com os dados da parceria) para pagamento de taxas associativas/federativas. Recibos só serão aceitos mediante apresentação de declaração da Federação/Associação sobre o impedimento da emissão, com assinatura digital ou reconhecimento de firma da assinatura.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

12. Nota Fiscal referente à realização de eventos, oficinas e palestras

As Notas Fiscais referente à realização de eventos, oficinas e palestras, previstos no Plano de Trabalho, deverão conter detalhamento das despesas com público alvo, local, nome e data do evento, número de oficinas/palestras, carga horária, premiações, número de atrações, valor unitário e valor total dos serviços, não sendo permitido descrição genérica.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

13. Relatório fotográfico do material de consumo

As Notas Fiscais referente ao material de consumo adquirido com recurso da parceria deverão ser apresentadas na prestação de contas juntamente com o relatório fotográfico (anexo 01) a fim de evidenciar os itens adquiridos. Para cada Nota Fiscal será emitido um relatório fotográfico.

Poderá haver agrupamento de itens para registro fotográfico, desde que seja possível a identificação dos mesmos de forma clara.

Não será aceita foto de compras em carrinho de supermercado e foto de itens em prateleira de despensa alimentícia. [\(alterado em 04/08/2025\)](#)

Notas Fiscais de combustível e recarga de gás estão dispensadas de relatório fotográfico. [\(alterado em 04/08/2025\)](#)

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

14. Exceção - Recibo de Pagamento Autônomo - RPA

Somente será aceito o uso de RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo) nas prestações de contas dos recursos públicos recebidos, excepcionalmente para serviços eventuais e pontuais de curta duração, onde o RPA foi previsto no Plano de Trabalho.

O RPA não pode ser utilizado para atividades contínuas. A título de referência, recomenda-se o limite de até 6 (seis) RPA por prestador a cada 12 (doze) meses. [\(alterado em 04/08/2025\)](#)

Não será aceita a utilização de RPA por prestadores que possuam CNPJ, como é o caso dos MEIs (Microempreendedores Individuais), que devem emitir Nota Fiscal de serviço;

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

[A partir de 1º de janeiro de 2026, o uso do Recibo de Pagamento Autônomo \(RPA\) deve vir, OBRIGATORIAMENTE, acompanhado da Nota Fiscal, em atendimento às novas regras da Reforma Tributária.](#)

15. Exceção - Pagamento para prestador de serviço MEI

No caso do prestador de serviço ser MEI, a entidade pode pagar tanto na conta pessoa jurídica do beneficiário, quanto na conta pessoa física do beneficiário, desde que os dados da NF sejam compatíveis com o do comprovante de pagamento. Entretanto reitera-se que no Plano de Trabalho o prestador de serviço MEI deve ser classificado como pessoa jurídica, a exceção é apenas para a forma de pagamento. Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

16. Verbas rescisórias - Art. 38 do Decreto 315/2021

O pagamento de verbas rescisórias com recursos da parceria será proporcional ao período da atuação do profissional na execução das etapas previstas no plano de trabalho.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

17. Rateio - Art. 38 do Decreto 315/2021

Caso tenha ocorrido rateio, o critério utilizado é a memória de cálculo correspondente detalhada, contendo a finalidade da despesa, credor (empresa, órgão, dirigente, empregado ou outro).

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

18. Conta Corrente da parceria

Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta corrente individual e específica, a ser aberta na instituição do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, não sendo autorizado saques, transferências e utilização dos recursos para outras finalidades, conforme Art. 31 do Decreto Municipal 315/2021.

Para cada nova parceria, uma nova conta deve ser aberta, não sendo permitido o uso de contas utilizadas em parcerias anteriores.

Para solicitar isenção de tarifas bancárias, a instituição deve levar ao banco o Termo assinado como comprovação, conforme Art. 51 da Lei 13.019/2014.

19. Pagamentos Exclusivamente por Transferência Eletrônica

Todos os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico (transferência bancária), diretamente na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviço, permitindo a identificação do beneficiário final no comprovante da transação bancária, conforme dispõe o Art. 53 da Lei 13.019/2014.

Não é permitido realizar pagamentos em dinheiro (espécie), exceto em casos comprovadamente impossíveis de serem feitos por transferência eletrônica, situação que deve estar expressamente prevista no plano de trabalho e autorizada no Termo de Colaboração ou de Fomento, conforme Art. 35 do Decreto Municipal nº 315/2021.

Fica proibido o uso de cheques para quaisquer pagamentos relacionados à execução da parceria.

Casos divergentes podem acarretar em glosas, conforme Art. 72 da Lei 13.019/2014.

20. Despesas Não Permitidas - Art. 39 do Decreto 315/2021

Frete (se não previsto no plano de trabalho), pagamento de juros, multas e correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

Despesas não previstas no Plano de Trabalho;

Pagamento de despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria;

Pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do termo de fomento ou de colaboração.

É obrigação da Organização da Sociedade Civil cumprir todas as regras legais e orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), Marco Regulatório da Lei 13.019/2014 e Decreto nº 315/2021 da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP.

Assinatura digital

Presidente ou representante legal

Versão II

04/08/2025